

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

22/07/2026

Sumário

1. Alego fecha junho com 621 comissionados a mais do que em 2025 | O Popular

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
21/07/2026 03:00

Alego fecha junho com 621 comissionados a mais do que em 2025 | O Popular

Visualizar notícia

Fonte original

Alego fecha junho com 621 comissionados a mais do que em 2025
Na comparação com mesmo mês do ano passado, quantidade de servidores de livre nomeação passou de 5.382 para 6.003 em 2026; MP-GO e TCE-GO indicam apuração da situação

Karla Araújo

21 de julho de 2026 às 22:31
Modificado em 21/07/2026, 22:51

Presidente Bruno Peixoto em meio aos colegas em sessão na Alego: 4.298 comissionados nos gabinetes (Maykon Cardoso/Alego)

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) fechou junho de 2026 com 6.003 comissionados na folha de pagamento, 621 a mais que no mesmo mês do ano passado . A maior parte destes servidores, 4.298, estão lotados nos gabinetes dos 41 deputados estaduais. Os demais trabalham na área administrativa da Casa, que, em geral, também tem influência política nas nomeações. Os efetivos vinculados ao Legislativo são 446.

O POPULAR já mostrou que a Alego registra aumento na quantidade de comissionados desde o início da gestão do presidente Bruno Peixoto (UB), em 2023. No início daquele ano, a Casa tinha 3.711 cargos com este tipo de vínculo.

A Alego começou o ano de 2026 com 5.735 comissionados. A folha destes servidores custou R$ 37 milhões, segundos dados do portal da transparência da Casa. A maior quantidade de funcionários com este vínculo foi registrada em maio, com 6.007 (despesa total de R$ 37,5 milhões).

Em junho, a quatro meses da disputa eleitoral que envolve diretamente os deputados estaduais, os 6.003 comissionados custaram R$ 48,6 milhões. Os auxílios pagos a esta categoria levaram à despesa de R$ 6 milhões. Na Assembleia, todos os servidores recebem auxílio-alimentação de R$ 1 mil.

Para o levantamento, a reportagem considerou os dados de rendimento líquido, de férias, 13º salário, indenizações, vantagens pessoais, vantagens eventuais, abono permanência, complementação de salário mínimo, auxílios e cargo em comissão/FEC (gratificação de representação de secretário parlamentar; além da nomeação em um cargo de provimento em comissão ou a designação para exercício de função especial de confiança).

(Arte/O Popular)

O diretor financeiro da Alego, Edilson Bezerra da Silva, afirmou que o aumento da despesa com a folha de pagamento da Casa em junho é resultado principalmente do pagamento da primeira parcela do 13º salário e de rescisões trabalhistas. Em junho, a folha geral da Alego custou R$ 68 milhões.

Nos meses anteriores deste ano, o maior valor registrado havia sido em maio, com R$ 57,4 milhões. Quanto ao aumento na quantidade de comissionados, Silva destacou que a decisão sobre a lotação no gabinete é de cada deputado.

A reportagem entrou em contato com Peixoto, que designou o diretor para falar pela Alego sobre o tema.

Regras

O aumento na quantidade de comissionados ao longo dos últimos três anos e meio foi possível principalmente porque, com apoio dos demais deputados, o presidente da Casa promoveu alteração nas regras de contratação. A quantidade de vagas para comissionados nos gabinetes era inicialmente de 58, aumentou para 95 e hoje é de 120.

Cada deputado pode usar até R$ 88,7 mil para pagamento dos salários dos funcionários diretos. O parlamentar pode escolher ter menor quantidade de servidores com salários maiores ou maior número com vencimentos menores.

Esses ajustes podem ser feitos desde que o teto de despesa por gabinete não seja rompido. Esta flexibilidade, criada na gestão de Peixoto, é apontada como a principal razão para o aumento recorrente na quantidade de comissionados.

Silva argumentou que o portal da transparência do Legislativo tem os dados dos servidores remunerados no mês de referência. O diretor exemplificou que se um parlamentar, antes do fechamento da folha, exonera um comissionado que tem salário maior e usa este espaço orçamentário para contratar, em seguida, outros dois com custo unitário menor, os três pagamentos serão computados naquele mês.

Fiscalização

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), por meio da 90ª Promotoria de Justiça de Goiânia, afirmou em nota que, existe um inquérito civil público instaurado para apurar o quantitativo de servidores comissionados contratados pela Alego. O MP-GO informou que no âmbito deste procedimento estão sendo analisadas atualmente as informações encaminhadas pelos órgãos de controle interno e externo.

Também por nota, o Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO) disse que existe uma representação do MP-GO sobre o tema está tramitando na corte. O protocolo foi feito em 2 de junho. O relator é o conselheiro Saulo Marques Mesquita.

De acordo com o TCE-GO, a Alego foi notificada a prestar informações. "Como trata-se de processo em fase inicial, não é possível fornecer mais informações. Após o julgamento, seguindo a legislação vigente, o processo será disponibilizado ao público", disse o tribunal.

O diretor financeiro da Alego afirmou que a Assembleia está trabalhando para apresentar os documentos solicitados no processo. De acordo com Silva, o Legislativo já se manifestou sobre o tema junto ao MP-GO em outro momento.

Cidades

O POPULAR mostrou que a Alego atingiu recorde de comissionados em maio , com 6.007 funcionários com este vínculo. Na época, a reportagem destacou que o número é maior que a população de 109 cidades goianas, como Caturaí, Simolândia, Santa Rita do Araguaia, Britânia e Fazenda Nova, que têm entre 5,3 mil e 5,8 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2025.

O portal da transparência da Alego não permite verificar a quantidade de comissionados em cada gabinete de deputado estadual. A informação não está disponível na tabela gerada a partir do download da folha de pagamento.

Neste documento, os comissionados que trabalham diretamente com os deputados têm a sua lotação identificada somente com o termo "gabinete parlamentar". Para analisar a situação de cada gabinete, seria necessário verificar no site o contracheque dos 6 mil comissionados, um por um.

Segundo Silva, a Alego prepara uma atualização do portal da transparência e há projeto de alterações nesta área.